

Regras estáveis determinam investimentos

por Marília Stabile
de São Paulo

O desafio de ampliar o mercado interno ao mesmo tempo que se fortalece nossa corrente de comércio, com ênfase às exportações, poderá ser demanda compatível com o objetivo de controle da inflação se o País conseguir atrair capital para investimento. Para esse crescimento auto-sustentável, no entanto, o Brasil precisa de regras estáveis de política econômica e um acordo definitivo sobre a dívida externa.

O cenário traçado é do diretor do grupo Pão de Açúcar, Sylvio Luiz Bresser Pereira, que, ao lado do presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Marcos Víncius Pratini de Moraes, concorda que há um quadro indefinido no momento para se avaliar a direção

que a economia poderá tomar.

Em entrevista, no último domingo, ao programa Crítica & Autocrítica, uma produção da Gazeta Mercantil e Rede Bandeirantes, Bresser assinalou que não acredita que a retomada do nível de atividade recente na economia tenha força bastante para reverter o quadro inflacionário. "A demanda não é suficientemente forte." Reconhece, no entanto, que há uma série de fatores a serem definidos para que se possa visualizar mais claramente a direção que a economia brasileira vai tomar.

O fator expectativa entra novamente em cena, advertiram os empresários, para quem o relativo controle da inflação até o momento foi acompanhado de condições inéditas em relação a planos anteriores. "Em primeiro lugar, o con-



Sylvio Bresser Pereira

gelamento de preços se deu já em meio a forte recessão", lembra Bresser, concluindo que, "em segundo lugar, as contas públicas estavam razoavelmente em ordem". Esses ingredientes, no entanto, tendem a ser alterados em meio a

fortes dúvidas quanto a aspectos importantes na condição da política econômica. "O ajuste fiscal está se processando", mas Pratini de Moraes credita esse ajuste mais a um "forte esforço de arrecadação do que a cortes efetivos dos gastos do governo". "Há uma forte desconfiança", destaca Bresser. "O esforço é mais a nível das despesas do governo central, a nível federal, do que estadual ou municipal." Bresser estima que em setembro o governo poderá voltar a ser tomador de recursos para cumprir seus compromissos, e mais uma vez "as já elevadas taxas de juro deverão subir", com impacto direto, negativo, assinalam, sobre o setor produtivo.

Para evitar novo descontrole da economia, os empresários reclamam a necessidade de regras estáveis. Entre elas, elencam que, ao contrário dos juros altos, o governo deveria reduzi-los, para estimular

a produção e o investimento. Na política de câmbio, Bresser destaca a necessidade de normas previsíveis, e na área da política salarial acredita como sentido inevitável algum tipo de indexação para os salários mais baixos. No setor de política de preços, o diretor do grupo Pão de Açúcar dá um voto de confiança, descartando igualmente o possível efeito explosivo da liberação dos cruzados, em setembro, se nesta época "o governo tiver conseguido resgatar a credibilidade". Com credibilidade, completam o raciocínio, não haverá corrida às compras, admitem.

Contribuindo para a implementação e prática de regras estáveis na economia, Bresser e Pratini reconhecem a importância dos acordos internacionais de comércio que o governo brasileiro vem implementando. O pleno funcionamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) deverá ser precedido de uma "har-

monização das regras econômicas de cada país", analisa Pratini de Moraes, que adverte, no entanto, para a necessidade de o Brasil ampliar as contrapartidas com nossos parceiros de comércio exterior, ante as concessões já feitas pelo Brasil.

A visita do presidente Fernando Collor de Mello aos EUA (ver página 7) é um importante momento para se "discutir o futuro da integração comercial", lembra Pratini, relacionando os constrangimentos por que passam importantes produtos da nossa pauta de exportação. Na lista de Pratini, está a taxação em 40% do suco de laranja brasileiro exportado aos americanos, assim como a indefinição quanto às cotas de aço a partir de setembro, quando se encerrariam os acordos anteriores e, mais recentemente, a taxação, em 91%, das exportações de silício — às vésperas da viagem do presidente brasileiro.